

18 ° Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho 24: Ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento

**MULHERES NA CIÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL:
TRAJETÓRIAS DE PERSISTÊNCIA**

**Anelise Gregis Estivalet¹
Laura Spritzer Galli²
Bruna Dalmaso Junqueira³**

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos / Université Paris Descartes

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1 CAMINHOS PERCORRIDOS: UMA INTRODUÇÃO

A presença feminina nos meios acadêmico e científico brasileiro cresceu durante as últimas décadas. Entretanto, tal aumento não se refletiu em ocupação de cargos de maior visibilidade e reconhecimento. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por exemplo, concedeu 111 títulos de professor emérito ao longo de sua história, sendo apenas 16 atribuídos para mulheres. Ademais, entre as 27 áreas do conhecimento existentes na universidade, a presença de professoras eméritas restringiu-se a 14 áreas, enquanto os homens estão presentes em 24 áreas do conhecimento. Nesse cenário, o presente trabalho intenta discutir como ocorre a participação das mulheres nos espaços acadêmicos e de construção do conhecimento científico, desde suas práticas individuais e/ou coletivas cotidianas, buscando entender como suas trajetórias contribuíram para que tivessem atuações destacadas em espaços que são amplamente dominados pelos homens.

Tal discussão incorpora a pesquisa na qual nos dedicamos. Nessa, foram realizadas entrevistas em profundidade para o recolhimento de histórias de vida de mulheres de destaque na referida universidade⁴. Constatamos que o fato de ser mulher configura um obstáculo a ser superado para a obtenção de reconhecimento na carreira. Além disso, para obterem o mesmo reconhecimento dado aos professores e pesquisadores homens, as mulheres precisam ter produções em maior número e de maior relevância perante seus pares. Nossa pesquisa objetiva ainda, com as informações levantadas, a produção de uma obra sobre o assunto – Mulheres na Ciência.

Importante destacar ainda que consideramos, para o recolhimento das informações, o método de pesquisa em História de Vida. A pesquisa em histórias de vida data do início do século XX, com a Escola de Chicago (EUA), quando os relatos biográficos passaram a assumir status de material de pesquisa sociológica, e perpassa por diversas áreas do conhecimento, como a Sociologia e a própria História. Dentre as muitas modalidades do uso de dados biográficos, destacamos a perspectiva psicossociológica, na qual a história de vida se apresenta como material privilegiado de pesquisa. Nessa vertente, a

⁴ Professora *honoris causa*, professoras eméritas e/ou reitoras.

história de vida não se presta a um caráter meramente ilustrativo; para Ferraroti (1990, p. 30), nesta perspectiva a pesquisa em história de vida abre uma nova fase de pesquisa em ciências sociais, na qual o método não se coloca “como conjunto de elementos ilustrativos do que já é conhecido, apêndice facultativo sob a forma qualitativa de resultados adquiridos por meio das técnicas de estandardização de medidas exatas”.

A história de vida consiste na busca de conhecimento a partir da experiência do sujeito (BARROS; SILVA, 2002). É uma maneira de recolocar o indivíduo no social e na história. Inscrita entre a análise psicológica individual e a análise dos sistemas socioculturais, a história de vida permite captar de que modo os indivíduos fazem a história e modelam sua sociedade, sendo também modelados por ela (LAVILLE; DIONNE, 1999). Pela narração de sua história, o sujeito se afirma como “existindo”. Além disso, contar a vida é um modo de se refazer.

Entrar na complexidade de uma vida é analisar o conjunto das influências, mais ou menos contraditórias, as quais o sujeito foi confrontado no curso de sua existência. Como ele se “fabricou” uma identidade própria a partir de sua identidade familiar e social [...]. Como ele foi produzido pelas múltiplas contradições que atravessaram a história de seu grupo de pertencimento, de sua família, de sua existência; contradições externas de seu meio de vida, mas igualmente contradições internas na medida em que ele interioriza o mundo do qual ele pertence. (GAULEJAC, 1996, trad. p. 4)

Nesse artigo apresentamos em específico a história de Vera⁵: mulher, acadêmica, ex-reitora de uma instituição de ensino superior. Conforme se define: “eu sou uma interiorana”. Oriunda do interior do estado do Rio Grande do Sul, Vera possui 68 anos, é professora e já conta com 40 anos de atuação na referida Universidade. Em sua fala destaca que, desde bem cedo, por influência de sua mãe, reconhecia a importância da educação. Graduada em Filosofia e Direito, mestre em Planejamento Urbano, possui dois cursos de doutorado: um em Urbanismo e outro em Ciências Sociais. Atuou como reitora por dois mandatos consecutivos e já desempenhou, além da atuação docente, atuações em postos de destaque e liderança em entidades sindicais e órgãos

⁵ Vera é nome fictício adotado para a narrativa apresentada. O nome real da participante foi alterado para garantir sua privacidade.

públicos. Em seu depoimento discute sobre problemáticas da educação e da universidade, de maneira crítica e engajada. Também discorre sobre as especificidades da carreira acadêmica da mulher nas singularidades de sua história: “E eu vinha, mulher, vinha das Ciências Sociais, né, coisa... Enfim, então, era, era um pouco complicado”. Nos capítulos que se seguem, apresentaremos maiores detalhes dessa história, em diálogo com as perspectivas de análise que orientam nossa compreensão do caso, as quais destacamos: reflexões sobre a mulher na sociedade, a mulher no mundo acadêmico, dentre outros aspectos analíticos, como a questão da linguagem, que aprofunda a compreensão da história que por ora relatamos.

2 MULHERES E SOCIEDADE

Ao analisar a representação das mulheres a partir do desenvolvimento do capitalismo, Saffioti (1976) destaca que o sexo é um dos fatores de ordem natural utilizados visando o alívio de tensões geradas por esse modo de produção. O sexo permitiu que a condição de homem livre do trabalhador não se colocasse como uma possibilidade real para todos os membros da sociedade. Segundo a autora, o modo de produção capitalista reduziu as possibilidades de integração da mulher na sociedade devido a dois motivos: a) a subvalorização das capacidades femininas frente à defesa da supremacia masculina; b) o desenvolvimento das forças produtivas que fez com que a mulher fosse sendo marginalizada das funções produtivas.

A utilização do sexo como fonte de discriminação e inferiorização social da mulher não surgiu com a sociedade de classes, entretanto, o capitalismo passou a se utilizar dessa tradição para justificar a marginalização de parte da população do sistema produtivo. As deficiências físicas e mentais dos membros do sexo feminino seriam as responsáveis não só pela imperfeição nas sociedades de classes, mas também justificariam a criação de barreiras à integração desse contingente populacional à sociedade e à esfera produtiva – as quais são determinadas pelas necessidades do sistema produtivo. Passados os períodos de necessidade do aumento da produção e do emprego

de grandes contingentes de trabalhadores, “(...) a ideia de que, se o número de empregos é menor que o número de pessoas aptas a preenchê-los, aos homens cabe a prioridade” (Saffioti, 1976, p. 46). Nesse sentido, “A expulsão das mulheres da estrutura ocupacional alivia as tensões geradas pelo excesso de mão de obra no mercado de trabalho, mantendo economicamente inativos imensos contingentes femininos que, a qualquer momento a sociedade poderá utilizar” (Saffioti, 1976, p. 65).

Segundo Saffioti, a condição da mulher na sociedade de classes é determinada por fatores de ordem natural e de ordem social. Os fatores naturais relacionam-se à necessidade de afastamento da mulher durante o final da gestação e após o nascimento do filho. Tal fator provoca uma descontinuidade do trabalho feminino e serve como justificativa para a preferência pelo homem para a ocupação de postos de maiores responsabilidades. No tocante aos fatores sociais, destaca-se o fato da mulher se ausentar mais do que o homem devido a doenças leves – o que pode ser relacionado às condições inferiores de trabalho – e à necessidade de permanecer no lar quando os filhos adoecem.

A ideia de que a missão da mulher é o casamento e a procriação conduziu não propriamente a uma qualificação da força de trabalho feminina, mas a uma especialização que destina as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectivas de promoção (Saffioti, 1976, p. 57).

Ao ser questionada quanto às dificuldades enfrentadas por ser mulher, a entrevistada não demonstrou uma identificação direta com a pauta feminina, entretanto, deixou transparecer um incômodo com a pergunta como fosse um pressuposto que todas as mulheres enfrentam dificuldades por serem mulheres, como vemos no trecho transcrito abaixo:

Sabe que as pessoas sempre, né, quando eu tava na reitoria chegavam os dias lá da comemoração das mulheres e eu ficava já apavorada. O que vinham me perguntar mais ou menos era sempre assim: quais foram as dificuldades em ser mulher.

Posteriormente, todavia, ela relata uma atitude paternalista sofrida em uma reunião do Conselho Universitário em que devido a se fazer presente em um espaço majoritariamente masculino, teve a necessidade de se impor,

inclusive recorrendo a sua autoridade como reitora para justificar sua presença naquele espaço.

[...] A primeira vez que eu entrei no Conselho Universitário, eu já era reitora e eu me lembro muito bem de um professor que lá pelas tantas da reunião, fez um comentário, talvez não tão maldoso quanto depois eu pude me dar conta que ele poderia ter sido. Bom, primeiro que no dia que eu entrei, como eu sou baixinha, a cadeira era alta e eu já não... meu pé não alcançava. Quando eu tava na reunião este professor me disse [...] “Eu queria no sentido de ajudar a professora, a presidente, enfim, [...] no sentido de ajudar a encaminhar, tendo em vista que a senhora é uma neófito”. Daí eu disse “Olha, lhe agradeço muito”. Me lembro que eu disse isso e aceitei assim numa boa, mas eu acabei tendo uma resposta que eu acho que foi bem mais... até porque eu tinha que me impor. Eu tinha que me impor, era preciso que ele reconhecesse que eu sabia onde eu estava. Não era só me impor. Eu sabia onde eu estava. E eu poderia não ter ainda desempenhado este papel, mas eu tinha consciência do papel que eu estava começando a desempenhar. E daí eu disse assim pra ele: “Não, lhe agradeço muito a sua ajuda, ela certamente me auxilia”. Eu disse e daí fiz lá outros comentários, “Mas eu só queria também lhe dizer que eu sou de fato uma neófito aqui, mas eu só pude chegar aqui como reitora”. Porque muitos chegavam, né, eram professores. Eu digo eu só pude chegar aqui como reitora. [...] Então, claro, algumas dificuldades eu tive, eu sabia. [...] Na reunião de reitores a maioria eram reitores, um lugar que eu era a única mulher.

No Brasil, durante o período colonial e o Império, a forte influência da Igreja Católica defendeu a existência de uma desigualdade entre homens e mulheres em relação a capacidades civis e políticas a partir da utilização de razões morais e sociais. Ao serem concebidas como intelectualmente inferiores aos homens, por um longo período de tempo, o magistério primário foi a única profissão plenamente aceita pela sociedade. A justificativa para isso era de que o ensino para crianças seria um prolongamento das funções maternas, o que configurava uma atividade essencialmente feminina, além de ser caracterizada pelo desprestígio e por baixas remunerações. Tal atividade só era aceita e, até certo ponto, incentivada, porque permitia a preservação da família. Nesse sentido, também o baixo nível de qualificação da educação feminina era justificado moral e socialmente pelo risco que importava a preservação da família, vista como incapaz de persistir através dessas mudanças (Saffioti, 1976).

Outro aspecto relatado pela entrevista no tocante ao tratamento dispensado pelos homens, embora sutil, demonstra a existência de uma cumplicidade entre os homens que relega as mulheres a um plano secundário.

As mulheres não são tratadas como seus iguais, tendo tratamento diferente inclusive em momentos corriqueiros como ao serem cumprimentadas:

[...] Ao chegar, invés de me cumprimentar primeiro, ou de me cumprimentar na mesma forma que eu estava, na mesma linha, não é primeiro porque também não quero assim uma referência toda especial por ser mulher, mas se tava assim 3 ou 4 ou 5, de pegar e ir primeiro pro homem, mesmo que eu estivesse do lado ou na frente.

Deve-se destacar ainda que, ao fazer questão de preservar a hierarquia existente no seu meio de atuação, a entrevistada assume um comportamento masculino como forma de obter o mesmo respeito concedido aos homens.

[...] E eu acho que o cargo (de reitora) tem importância, tanto é que lá eu fazia questão que os estudantes e os professores e os funcionários me chamassem de senhora. E às vezes me olhavam assim... não dá, sabe. Eu tenho que preservar esse lugar. Assim como chamavam oi professor, o reitor ou pros outros, eu também quero que me chamem. Então eu acho que a gente tem que fazer tudo pra preservar os lugares. Por que, mas Vera você é hierárquica? Talvez eu seja um pouco hierárquica.

3 MULHERES QUE FAZEM CIÊNCIA

Em nossa pesquisa sobre as mulheres que fazem ciência e/ou são professoras destacadas em suas áreas de atuação percebe-se, em suas trajetórias, pontos em comum e momentos significativos que contribuíram desde a infância, perpassaram a juventude e se mantêm em suas vidas adultas. O primeiro, perceptível, na infância de Vera é o da influência que sua mãe, também professora, exerceu quanto à valorização da educação, da formação de seu senso crítico e do respeito à cidadania. Aliás, o exemplo da mãe, certamente, influenciou na escolha profissional de Vera, que é professora há mais de 40 anos:

Minha mãe sempre foi uma alfabetizadora (...) E aprendia então, lá com a minha mãe, três coisas, pelo menos. Uma delas é que a educação é libertadora. A outra, que ela é, também, um fator de mobilidade. Se você quer avançar, você tem que aprender. E a terceira, é que ela é, especificamente, de forma muito especial, promotora da cidadania. Você aprende a ser cidadão, você aprende a

ser pessoa no plural, em sendo, em tendo a oportunidade de estudar. Então, por quê? Porque a gente não é sozinho. A gente não é no singular, a gente é no plural. A gente é com os outros. E cada vez isso fica mais difícil no mundo. Em função de tolerância, em função dos valores, em função das disputas, em função da solidariedade, em função, enfim, da consciência do papel social que a gente tem. Então, isso eu aprendi muito cedo em casa.

O interesse pelo mundo letrado e da leitura foi, também, despertado pela mãe:

Isso eu aprendi muito cedo em casa. Quando aprendia também, com esta minha mãe, eu e o meu irmão junto, a ler todos os dias o jornal. Por quê? Porque o jornal significava naquela época o principal canal em que você se dava conta da vida na tua cidade, né? No teu jornal local, no teu jornal. E daquilo que se passava na tua cidade para diante (...) Mas a Porto Alegre eu chegava através do quê? Através do Correio do Povo, que a minha mãe lia e fazia, desde quando a gente era criança, o meu irmão e eu olharmos um pouco as notícias.

Percebe-se o quanto é primordial, no processo educativo, a participação das mães e/ou pais e outros familiares no processo de desenvolvimento de uma criança. A escola é somente uma etapa desse processo, que envolve a escolarização e socialização, entre outros, mas manter uma ligação entre todas as partes envolvidas na educação de uma criança ou jovem é fundamental. Outro elemento importante perceber o quanto as meninas tem acesso e são incentivadas à leitura e de quais leituras são incentivadas pela sociedade. No caso de Vera, na década de 1950, ela comenta que somente 5 pessoas compravam o jornal em sua cidade: o bispo, o reitor, o juiz, o professor de economia e a mãe de Vera, ou seja, das 5 pessoas que adquiriam o jornal, 4 eram homens. Percebe-se, em sua fala, que o fato de ter acesso à leitura do periódico foi o que fez a ponte para o mundo afora. Era através da leitura do jornal que sua curiosidade era despertada. E tão alimentada foi, que em sua juventude, sua cidade de origem já lhe era pequena demais para suas pretensões:

Como eu ganhava uma mesadinha, eu com a minha mesada pagava o jornal. Então, um colega meu, o Gilberto Borges, e ele ia, buscava, lia e depois levava o jornal na minha casa. Ou me entregava, de um jeito ou doutro. Então, na realidade, ele, este jornal, às vezes eu já lia com uns quatro, cinco dias de atraso, seis, sei lá. E era um jornal que dava, que me colocava muito, e é por isso a minha ligação com a cidade, por isso que eu trabalho com a cidade. Por isso que eu

vim parar aqui na Faculdade de Arquitetura, no curso de Urbanismo, porque eu tinha vontade de conhecer cada vez mais as cidades.

Ademais, propõe-se uma reflexão sobre a forma como as escolas e universidades brasileiras fomentam ou boicotam a curiosidade e iniciativa das mulheres desde os primeiros anos de vida. Repensar as práticas educacionais que corroboram com o estabelecimento de condutas e limitações pautadas por um pensamento patriarcal e machista que não permite o desenvolvimento autônomo das meninas e mulheres desde a infância torna-se fundamental para que se estabeleçam novas formas de promoção de igualdade de direitos e oportunidades.

A relação entre público e privado vem se modificando no Brasil nas últimas décadas. Objetivamente, criaram-se novos públicos para os discursos sobre as lutas das mulheres. Ainda que muitas mulheres permaneçam, por longos períodos, restritas ao ambiente privado doméstico, muitas passaram a ocupar novos espaços e lugares até então restritos aos homens, assim como agregaram interpretações que se desenvolveram, chegando, assim, a públicos mais amplos, modificando as formas de discursos relacionados às mulheres. Na trajetória das mulheres pesquisadoras, percebe-se um engajamento e uma relação com o público muito mais ampla do que com o privado:

Eu conhecia toda a cidade, porque eu percorria muito a pé a cidade. Num tempo em que a gente podia ir pra escola de a pé. Estudava numa escola pública, sempre estudei em escola pública. Era assim, quase que um princípio, na minha casa. Então, a escola pública era longe. Ia a pé da minha casa até lá e voltava. No caminho, a gente ia encontrando os outros colegas, que vinham, que desembocava tudo na grande avenida que levava pro colégio. E aí, a gente se encontrava. Eu ia passando pelas ruas, pelas casas, eu sabia praticamente quem morava e o que fazia em cada casa. Vamos dizer assim... Bom, um olhar, né? Quer saber, quer explicar, quer saber tudo. Mas eu acabava que, eu me interessava, sempre me interessei.

Nesse sentido, Vera destaca que durante sua juventude a identificação com a escolha de ser professora aumentou em virtude de sua atuação na política estudantil e com o envolvimento em atividades culturais, assim como o fato de ser professora é o que a mantém em contato constante com os estudantes. Em sua trajetória de professora/pesquisadora, o ser professora é

onde sua identificação está centrada. Os cargos ocupados ao longo de nossas trajetórias são datados. Segundo ela, há diferenças entre o estar reitora e estar presidente:

Eu queria ser professora. Eu queria e sabia o valor de ser professora. Eu completei 40 anos de professora na Universidade. Então, fora isso, eu já fui professora primária. E fui professora de Ensino Médio. Então, por isso que eu, sempre que me perguntam o que eu sou, eu sempre respondo que eu sou uma professora. Até porque, muitos cargos que a gente ocupa são datados. A gente é uma autoridade datada. Ou uma autoridade, ou alguém que ocupa um cargo, ou uma liderança num determinado lugar datado. Claro que essa coisa da liderança, às vezes, elas extrapolam as datas. Mas, enfim, em termos de autoridade, a gente é datado. Então, eu sou uma professora. E eu gosto de ser professora. Tanto é que eu estou ainda aqui. Tenho tempo já pra me aposentar, mas eu continuo dando aula. E dando aula, inclusive, na graduação. É o que me põe em contato direto com os estudantes. E eu gosto. Eu gosto de trabalhar com os estudantes.

Outro ponto constante no discurso de nossa entrevistada refere-se às modificações ocorridas nos últimos anos, a nível de produção de conhecimento nas universidades e de qual conhecimento é valorizado e reconhecido enquanto ciência. Mesmo após a última década ter registrado um aumento significativo de investimentos na área científica no país, muitas das conquistas obtidas estão sendo perdidas no último ano. Uma delas foi a extinção pelo atual governo brasileiro do Ministério da Ciência e Tecnologia, extinção essa que acaba comprometendo as condições de produção científica no Brasil.

Ainda assim, segundo o relatório "Gender in the Global Research Landscape", publicado em 2017 pela Elsevier, a maior editora científica do mundo, a proporção de mulheres que publicam artigos científicos cresceu 11% no Brasil nos últimos 20 anos. Agora elas publicam quase a mesma quantidade que os pesquisadores homens (49%). Esse dado torna-se essencial para construir alguns questionamentos dos porquês pelos quais as mulheres ainda enfrentam tantas disparidades de atuação dentro das universidades.

Mesmo as mulheres produzindo conhecimento em igual quantidade que os homens e sendo grande a participação de mulheres nos conselhos e comitês científicos, elas ainda não estão em cargos de decisão, ou seja, produzem muito, mas não decidem, pois conselhos são consultivos. Deliberam,

mas não executam. Questiona-se, a partir disso, como ocorrem os processos de validação social do conhecimento produzido, principalmente o que é produzido pelas mulheres. Qual produção é considerada válida? Porque o conhecimento produzido pelas mulheres tem muito menor publicidade do que o conhecimento produzido pelos homens? Estudos produzidos pela União Europeia demonstram que a maioria da produção científica na área das ciências humanas é feita por mulheres. Essa constatação leva-nos a pensar que as ciências humanas não são valorizadas da mesma forma que as ciências exatas, não somente porque não seriam conhecimentos produzidos através de experimentos práticos, tese que já fora refutada há mais de 100 anos, mas porque, efetivamente, são as mulheres que dominam a produção nesse campo, atualmente.

Outro ponto que ainda permeia essa desqualificação é o pré-conceito de taxar as mulheres como sendo mais emotivas e menos racionais e, por isso, não teriam capacidade de produzir um conhecimento científico válido. Pois, justamente, vários estudos têm demonstrado e reforçado, inclusive, que não existe nenhuma diferença entre um cérebro feminino e masculino ao nascer. Soa-nos como uma afirmação um tanto repetitiva que, infelizmente, mesmo que se esteja em 2017, sempre é necessária ser lembrada. São as condições impostas socialmente e os processos educativos que fazem com que determinadas partes do cérebro das meninas sejam mais desenvolvidas que a dos meninos. A parte do córtex cerebral que tange as emoções é uma delas. Analisar as trajetórias das mulheres que, de certo modo, conseguiram atingir posições sociais que as levaram a estar em lugares que não lhes eram destinados inicialmente, leva-nos a pensar que, de fato, a escolarização pode ser um caminho para que as mulheres possam estar em lugares que, inicialmente, não lhes são destinados:

Eu venho duma família onde todas as mulheres tiveram muita força. Então pra mim algumas dessas coisas assim, a minha vó, a minha mãe, as minhas tias sempre foram mulheres muito fortes. Então pra mim essa coisa era o seguinte, era continuar. Então isto é uma coisa. Segundo, eu acho que muitas coisas mudaram sim, em relação às mulheres. Eu fui criada e uma das razões, por exemplo, é que eu estudei em escola pública porque minha mãe dizia que nós tínhamos que estudar em escolas mistas. Além do seu sentido público, laico etc, tinha a questão de você conviver com as pessoas. De você ser considerado pessoa.

A História não acumula vastos registros de mulheres recebendo cargos ou títulos de destaque em instituições de ensino superior. Na história dessa universidade, Vera foi a única mulher reitora. Outro exemplo seria o de Dilma Rousseff, única mulher a receber o título de Doutora Honoris Causa em uma universidade pública do estado – e que foi afastada da presidência da República de forma questionável. Poder-se-ia interpretar que o lugar que primeiramente cabe às mulheres nesses locais é o de primeiras-damas, no máximo. Para exemplificar esse tipo de situação de questionamento, temos a já referida situação em que Vera foi considerada “neófito” no Conselho Universitário, e sua resposta dizendo que só chegou àquele ambiente pois era reitora.

4 LINGUAGEM E GÊNERO

Robin Lakoff (2010), em uma obra que inaugura os estudos sobre linguagem e gênero, realiza observações sobre o léxico e a sintaxe da fala das mulheres estadunidenses. Suas observações são fundantes para a área e muitas das reflexões por ela provocadas na década de 1970 podem ser ainda hoje verificadas, mesmo em contextos sócio-históricos absolutamente distintos. Em função disso, pretende-se fazer aqui o uso de algumas de suas contribuições – e de autoras que a partir de suas reflexões também teorizaram – para analisar aspectos da fala de nossa entrevistada.

Autoras como Lakoff (2010), Louro (1997) e Moreno (1999) convergem na compreensão de que a construção social tem papel fundamental no desenvolvimento de comportamentos linguísticos diferenciados em mulheres e homens. Trata-se de uma fundação desde os primeiros anos de vida de uma criança, que irá socializá-la adequadamente aos comportamentos esperados de um gênero ou de outro. Assim, parte de aprender a ser menina – para depois tornar-se mulher – diz respeito a apreender a expressar-se no masculino (MORENO, 1999).

Guacira Lopes Louro (1997, p. 66) afirma que “É muito comum que uma profissional, já adulta, refira a si própria no masculino: ‘eu, como pesquisador...’”. Tal comportamento, de fato, foi observado em duas ocasiões na entrevista realizada com Vera. Segundo Louro, aprendizagens de infância, em que meninas aprendem a ser incluídas nos coletivos masculinos, por exemplo, são perpetuadas chegando também aos meios acadêmicos, historicamente perpassados pelo androcentrismo.

Uma interpretação possível para o uso da forma masculina na fala de mulheres é o que Robin Lakoff (2010) denuncia quando discute a formação que recebemos para “falar como uma dama”. Segundo a autora, há uma infinidade de diferenças que são-nos ensinadas, desde uma disparidade lexical (em um paradigma em que mulheres são julgadas por usarem palavras que associadas exclusivamente ao universo masculino), até “manter-se na linha” para não ser rude, não “falar grosso”. De forma ambígua, aprendemos que mulheres são mais inseguras para se expressarem e/ou que não expressam opiniões fortemente. A adoção de comportamentos que são socialmente associados à fala masculina, então, poderia ser uma saída para atribuir mais credibilidade ao que é dito.

Tal observação, entretanto, não é a única aproximação possível entre a análise da fala de Vera e a teoria desenvolvida por Robin Lakoff (2010). Segundo a autora, a observação da construção do discurso de mulheres permitiu constatar o uso muito frequente das chamadas *tag questions*. Essas podem ser definidas como recursos de linguagem utilizados quando quem faz uma afirmação não tem absoluta certeza acerca da informação transmitida e espera do/a interlocutor/a uma confirmação. Na Língua Portuguesa do Brasil podem ser apontados exemplos como “né?”, “não é mesmo?”, “certo?”, etc..

Identificar uma frequência muito maior de *tag questions* na fala de mulheres em comparação com a de homens também pode ser interpretado como um fenômeno decorrente das desigualdades de gênero.

Alguém faz uma afirmação quando confia em seu próprio conhecimento e tem certeza de que sua afirmação será acreditada; alguém faz uma pergunta quando falta conhecimento sobre algum ponto e há razão para acreditar que essa falta pode e vai ser remediada pela resposta do interlocutor. Uma *tag question*, sendo intermediária a essas duas situações, [...] pode ser pensada como

uma proposição declarativa sem a presunção de que a proposição será acreditada pelo interlocutor: tem-se uma saída, assim como uma pergunta. (LAKOFF, 2010, p. 25).

A partir de tal afirmação, Lakoff explicita um problema social também denunciado por outras autoras, no que diz respeito à desconfiança e/ou descrédito em relação ao intelecto feminino (LOURO, 1997; MORENO, 1999; FREIRE, 2011; SAFFIOTI, 1976). Ao utilizar recursos linguísticos que deixam em aberto aquilo que afirmam, as mulheres podem, é claro, ser compreendidas como bem-educadas, uma vez que não impõem suas opiniões e posições. Ao mesmo tempo, entretanto, Lakoff (2010) alerta que o uso de *tag questions* pode causar a impressão de que o/a falante não está realmente seguro/a de si, “[...] e mesmo de não ter opinião própria. Esta última crítica, é claro, é frequentemente dirigida às mulheres. Pode-se perguntar quanto disto reflete um uso da linguagem que foi imposto às mulheres desde seus primeiros anos.” (Ibid., p. 26).

Nesse sentido, podemos utilizar três passagens da fala de nossa entrevistada para exemplificar uma reprodução de tal comportamento. Quando discutindo suas impressões e experiências profissionais e acadêmicas acerca da instituição universitária e de suas prioridades, Vera recorre às *tag questions* com relativa frequência, ainda que seja indiscutível sua propriedade no assunto.

[...] a universidade mudou muito. Nós viramos muito operacionais, **né?** Então, nós deixamos de fazer uma discussão mais aprofundada, mais de efetivo compromisso, comprometimento social, **né?**

[...]

Porque o nosso problema não é fazer com que todo mundo tenha acesso à apropriação do conhecimento. Nós temos que ter acesso à produção e à apropriação do conhecimento, **né?** Então, é isso que eu acho que é de fundamental importância, **né?**

[...]

É lamentável quando se fala nos cortes. **Certo?** E acho que até que nós, a nossa reação foi até muito pequena. Nós estamos perdendo, perdemos a nossa capacidade de indignação, **certo?** Cada um tá querendo resolver sua vida e aí, bom... Mas isso aí é outro problema também. [grifos nossos]

Realizar o exercício de observação e análise de alguns aspectos da fala de Vera, é indispensável afirmar, não consiste, de forma alguma, em uma forma de culpabilização. Não se trata de responsabilizá-la pela reprodução de

comportamentos linguísticos que colocam as mulheres em posição de inferioridade. Tampouco é esse um movimento de vitimização, em que se poderia interpretar essa sujeita como mera vítima de um sistema androcêntrico. O que se propõe aqui é refletir sobre os efeitos provocados por um processo de socialização que, de certa forma, oferece caminhos ainda limitados às mulheres no que concerne às suas formas de se expressar através da fala.

Como bem coloca Robin Lakoff, se uma menina

[...] se recusa a falar como uma dama, é ridicularizada e sujeita à crítica de não ser feminina; se ela aprende, é ridicularizada por não conseguir pensar claramente, por não conseguir tomar parte em uma discussão séria: em certo sentido, como sendo menos do que um ser humano completo. Essas duas escolhas que uma mulher tem – de ser menos do que uma mulher ou menos do que uma pessoa – são extremamente dolorosas. (2010, p. 16).

Como consequências das construções sociais que são realizadas, a literatura apresenta que mulheres desenvolvem mais inseguranças e incertezas do que homens sobre quais linguagens utilizar e como se expressar – chegando com frequência, inclusive, à desistência. Além disso, em função de um comportamento linguístico considerado inferior, mulheres têm acesso negado ao poder, por não serem consideradas capazes de sustentá-lo – sendo assim também afastadas de cargos que envolvem tomadas de decisão (LAKOFF, 2010).

Por ter conhecimento da realidade dessas consequências, é necessário apontar tais fenômenos quando observados. Não se busca com isso, entretanto, provocar que mulheres mudem seus discursos, culpabilizando-as pelas desigualdades às quais são submetidas, também através da linguagem. Em verdade, observa-se aqui a realidade de uma mulher que, apesar das construções sociais que a fazem transitar entre a “linguagem de uma mulher” e “expressar-se no masculino”, atingiu o acesso a cargos de alto reconhecimento nos meios científicos e acadêmico. Entretanto, se faz ainda necessário chamar a atenção para a manifestação de mais uma forma de opressão que pode passar invisibilizada, ou naturalizada, quando é, de fato, imbuída de construções sociais de heranças patriarcais e machistas.

5 REFLEXÕES FINAIS

Ao longo deste texto, buscamos apresentar a trajetória de Vera e alguns aspectos que nos chamaram a atenção em sua entrevista, que entendemos que têm uma abrangência maior do que sua vida, individualmente. Assim, analisamos sua trajetória à luz das reflexões teóricas apresentadas, inserindo a entrevistada em um contexto maior, social, e o caminho inverso também ocorreu: pudemos visualizar as reflexões no exemplo de Vera. Pudemos, assim, perceber como o fato de ser mulher moldou sua história de vida e como suas origens a levaram a ser quem é.

Refletimos, ainda, sobre como ser mulher se configurou em obstáculo – ou não – para ela, como foi sua chegada ao meio acadêmico-científico, como ela própria vê sua experiência de (primeira e única) reitora mulher de sua universidade. Através de um exemplo biográfico, ímpar, podemos entender diversas questões de cunho mais amplo, como a presença/ausência de mulheres no âmbito acadêmico e a necessidade de impor autoridade frente aos desafios enfrentados.

Entendemos que a biografia de uma única pessoa pode ser profícua para enxergarmos uma situação maior. Ao aproximarmos nossa lente de observação, temos uma percepção diferente do social. Não é o caso de utilizar-se do particular meramente como exemplo para o geral, e sim de ver como o particular pode servir de instrumentalização para entender o geral. Como as diferentes relações sociais se dão e como, a partir das experiências individuais ou de pequenos grupos, se mostram as tramas do tecido social, nesse caso, as desigualdades de gênero.

Esta é a primeira de nossas biografadas nesta pesquisa. Ao analisar diferentes trajetórias, pretendemos construir uma visão ainda mais rica sobre a presença de mulheres na ciência no Brasil, especificamente no Rio Grande do Sul. Entendendo seus percursos, particularidades e dificuldades, poderemos montar um mosaico que será útil para tornar visíveis essas mulheres em seus meios e incentivar outras a seguirem caminhos parecidos. Com respaldos deste tipo, poderemos avançar na desconstrução do machismo e das restrições ainda tão presentes no meio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Eleta de Carvalho. Mulher no magistério: uma história de embates entre espaço público e espaço privado. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras/PB, v. 1, n. 2, p. 239-256, jul.-dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rle/article/viewFile/10971/7273>>. Acesso em: 12 maio 2017.

FERRAROTTI, F. **Histoire et histoires de vie**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1990.

GAULEJAC, V. Histoires de vie et choix théoriques. In: **Les Cahiers du Laboratoire de Changement Social**, nº 1 – jun/1996. Université de Paris 7. Traduzido por Vanessa Andrade Barros. Paris, 1996.

LAKOFF, Robin. Linguagem e lugar da mulher. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONATANA, Beatriz (Orgs.). **Linguagem. Gênero. Sexualidade**: clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 13-30.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber**. Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MORENO, Montserrat. **Como se Ensina a Ser Menina**: o sexismo na escola. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.